

A Geografia Escolar mineira entre a padronização e o controle: um convite à resistência

La Geografía Escolar de Minas Gerais entre la estandarización y el control: una invitación a la resistencia

Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza – guilherme.albuquerque@sou.unifal-mg.edu.br
Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Orcid : <https://orcid.org/0009-0009-8014-3004>

Paula Carolina Miguel Urtado – paula.urtado@sou.unifal-mg.edu.br
Mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas
Orcid : <https://orcid.org/0009-0007-6530-8582>

Sandra de Castro de Azevedo – sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br
Professora Associada na Universidade Federal de Alfenas
Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-6175-5771>

Resumo

Este trabalho buscou analisar o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em Minas Gerais e seus impactos na Geografia Escolar. Para tanto, pautando-se no Materialismo Histórico Dialético, foram realizadas análises documentais de resoluções, portarias e relatórios oficiais que possibilitassem compreender as contradições no processo de elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). A análise também recaiu sobre as competências e habilidades de Geografia presentes na BNCC e no CRMG, destacando as continuidades e as alterações nos dois documentos curriculares. A pesquisa comprovou que a participação limitada da comunidade escolar associada à impossibilidade de propor elementos que fugissem das determinações da BNCC engessou a Geografia Escolar no CRMG, prevalecendo elementos de um currículo nacional abstrato e desarticulado das demandas concretas da realidade mineira.

Palavras-chave: Diversidade Mineira, Engessamento Curricular, Finalidades Educativas, Geografia Escolar.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo analizar el proceso de implementación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) en Minas Gerais y sus impactos en la geografía escolar. Para ello, con base en el Materialismo Histórico Dialéctico, se realizaron análisis documentales de resoluciones, ordenanzas e informes oficiales para comprender las contradicciones en el proceso de desarrollo del Currículo Referencia de Minas Gerais (CRMG). El análisis también se centró en las competencias y habilidades geográficas presentes en la BNCC y el CRMG, destacando las continuidades y cambios en los dos documentos curriculares. La investigación demostró que la limitada participación de la comunidad escolar, sumada a la imposibilidad de proponer elementos que se desviarían de las determinaciones de la BNCC, sofocó la geografía escolar en el CRMG, prevaleciendo elementos de un marco nacional abstracto, desconectado de las demandas concretas de la realidad minera.

Palabras-clave: Diversidad Minera, Yeso Curricular, Fines Educativos, Geografía Escolar.

Recebido em: 29/11/2025
Aceito para publicação: 30/03/2026

Introdução

As políticas educacionais brasileiras das últimas décadas têm resultado de um movimento neoliberal muito forte de padronização da formação da classe trabalhadora e da busca pelo controle das finalidades educativas da escola pública. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 demarca o aprofundamento deste processo, pois amplificou uma disputa intensa pelo engessamento dos currículos escolares, dos materiais didáticos e da formação inicial e continuada de professores. Esse controle tem se concretizado a partir de um grande investimento público a favor dos interesses privados e de práticas de accountability expressas em avaliações internacionais, nacionais e estaduais cada vez mais presentes no cotidiano escolar (Freitas, 2018).

Neste sentido, pode-se dizer que esse movimento configura um fenômeno multiescalar, multifacetado e contraditório e, portanto, precisa ser analisado em sua totalidade, superando a fragmentação política. Nosso objetivo com este artigo foi compreender como ocorreu a imposição da BNCC na rede estadual de educação de Minas Gerais a partir do apoio técnico e financeiro do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), ou seja, analisar o processo de elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais). Além disso, discutimos como a padronização curricular em Minas Gerais a partir da BNCC interferiu e limitou a Geografia Escolar no CRMG.

Metodologia

Estudar o impacto das políticas educacionais e de currículo na Geografia Escolar mineira demandou que trabalhássemos com uma metodologia plural. Pode-se destacar o trabalho com análise documental como um importante procedimento metodológico desta pesquisa, dividindo-os em documentos nacionais e estaduais. Os documentos nacionais analisados foram: a) a Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017; b) a Portaria MEC n°331, de 5 de abril de 2018; c) o Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular e; d) a parte introdutória e de Geografia da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os documentos estaduais foram: a) o

Relatório Final do Currículo Referência de Minas Gerais e; b) a parte introdutória e de Geografia do Currículo Referência de Minas Gerais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Durante a análise da resolução de aprovação da BNCC e posteriormente dos documentos do ProBNCC, buscou-se compreender como ocorreram as imposições curriculares em âmbito nacional. Já a análise do relatório de elaboração do CRMG e os textos introdutórios do CRMG demonstraram como essas imposições foram assimiladas pelo estado no documento final. Também foi utilizada a Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter informações sobre os investimentos feitos pelo Governo Federal por meio do ProBNCC e a forma como a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) utilizou os recursos do programa.

No âmbito do Governo Federal, essas informações foram obtidas pela plataforma Fala.Br com a Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica do Ministério da Educação (DPDI/MEC) e com a Divisão de Pagamento de Bolsas e Auxílios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (DIPBA/FNDE). Já em Minas Gerais, os dados foram obtidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC) com a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores. Os dados foram organizados em quadros e tabelas e analisados com recorte estadual (Minas Gerais), por etapa de ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e componente curricular (Geografia).

Por fim, foi realizada uma análise do componente curricular Geografia na organização da BNCC e do CRMG. Compararam-se as habilidades e competências do CRMG com as da BNCC, identificando mudanças que poderiam ser substanciais ou que destacassem o estado de Minas Gerais. Nesse movimento, discutimos se ocorreu uma padronização da Geografia Escolar. Já a análise mais minuciosa foi realizada nas 9 habilidades de Geografia criadas pelo CRMG, buscando compreender se houve ou não uma valorização de Minas Gerais nessa pequena “parte diversificada” do currículo.

O método utilizado por todo percurso metodológico foi o Materialismo Histórico Dialético, apontando as contradições expressas pela imposição de um currículo padronizado que por um lado se pauta em direitos de aprendizagens e

equidade educacional, mas que por outro lado impede que a classe trabalhadora tenha acesso à Geografia em sua totalidade, valorizando o espaço social e concreto das(os) estudantes mineiras(os).

Um currículo de referência ou uma Base Nacional Comum Curricular para Minas Gerais chamar de sua?

O CRMG foi criado para atender as obrigatoriedades impostas pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que determinou que os sistemas de ensino, as propostas curriculares, as avaliações, os materiais didáticos e os cursos de formação de professores precisariam se “alinhar” com as competências e habilidades definidas na BNCC. Para que as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação (SEDEs) e as Secretarias Municipais de Educação (SMEs) atendessem essa imposição, foi definido um curto período:

Art. 15. As instituições ou redes de ensino podem, de imediato, alinhar seus currículos e propostas pedagógicas à BNCC.

Parágrafo único. A adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até o início do ano letivo de 2020. (Brasil, 2017, p.11)

Como estratégia para que os sistemas tivessem condições de atender às determinações da resolução, foi definida uma forma de investimento, o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), instituído pela Portaria MEC nº 331, de 5 de abril de 2018, afinal sem verba não seria possível aplicar a política pública em um espaço curto de tempo e posteriormente em meio a uma pandemia mundial de saúde. O ProBNCC, portanto, surgiu como uma estratégia nacional de padronização dos currículos estaduais, pois, diante das imposições feitas pela resolução e infelizmente sem nenhum movimento de resistência ou enfrentamento, as secretarias se depararam com um dilema simples: aceitar a imposição com apoio técnico e financeiro ou cumpri-la sem recursos financeiros?

Para entender o impacto do ProBNCC na imposição da BNCC e na criação do CRMG, é indispensável retomar o processo que ocorreu com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram aprovados no final da década de 1990, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas não foram adotados de forma efetiva nos sistemas de ensino. Diante da experiência com os PCNs, é possível levantar a hipótese de que para garantir a

implementação da BNCC foi criada e financiada toda uma estrutura para que os sistemas de ensino atendessem a obrigatoriedade de adequar seus currículos, pois, diferentemente da BNCC, os PCNs foram uma proposta curricular que não foi implementada de forma obrigatória e articulados diretamente com as avaliações externas, a produção de Livros Didáticos e a formação de professores.

Em outras palavras, significa dizer que os reformadores empresariais fizeram a lição de casa, porque embora tanto os PCNs quanto a BNCC cumpram com a agenda das reformas neoliberais e sirvam aos interesses do capital (Giroto, 2017), a partir da BNCC nota-se uma maior articulação entre os mecanismos de padronização (os currículos, os materiais didáticos e a formação inicial e continuada de professores “alinhados” à BNCC) e o avanço do controle (complexos sistemas de avaliação em larga escala e plataformas sofisticadas de gestão por resultados).

Freitas (2014) discutindo a formulação de uma base nacional comum curricular em 2014 já demonstrava uma articulação direta entre uma base pautada nos objetivos de aprendizagem e avaliações em larga escala e o avanço dos interesses empresariais sobre o controle dos conteúdos ensinados e os métodos de ensino. Portanto, com a aprovação da BNCC em 2018 os reformadores passaram a dominar o que o autor (idem, 2014) define como os dois núcleos centrais da organização do trabalho pedagógico (objetivos/avaliação e conteúdos/métodos), assumindo o pleno controle sobre os conteúdos necessários à formação da classe trabalhadora de acordo com as demandas mutáveis do sistema capitalista a partir da crise permanente do capital. Esse controle é reiterado pelas avaliações externas em um movimento de vigilância constante sobre o trabalho docente e o desempenho das(os) estudantes.

Na atual disputa pela escola, os reformadores empresariais da educação ampliaram a função da avaliação externa e deram a ela um papel central na indução da padronização como forma de permitir o fortalecimento do controle não só sobre a cultura escolar, mas sobre as outras categorias do processo pedagógico, pelas quais se irradiam os efeitos da avaliação, definindo o dia a dia da escola. (Freitas, 2014, p. 1093)

Dessa forma, torna-se questionável a defesa dos grupos empresariais de que a BNCC não seria um currículo, mas apenas um documento para garantia dos “direitos de aprendizagem”, visto que a realidade concreta revela que essa normativa impõem um controle sobre o processo pedagógico na escola. Além

disso, como veremos a partir do CRMG, esse “alinhamento” do currículo estadual com os interesses privados só foi possível através de um grande investimento público e com pouca ou nenhuma autonomia por parte das secretarias estaduais.

Em Minas Gerais, o CRMG foi construído por meio do apoio técnico e financeiro do ProBNCC, aderido pelo estado e pelos municípios a partir do termo de compromisso assinado pela SEE/MG e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (UNDIME/MG) em 2018. De acordo com a SEE/MG:

A redação do documento foi feita por especialistas em suas áreas. O perfil requisitado para seleção foi de no mínimo especialização na área correlata. O MEC disponibilizou bolsas para 02 Coordenações Estaduais, 03 Coordenações de Etapa e 22 Redatores. Foram selecionados 11 redatores pela UNDIME/MG e 11 pela SEE/MG para compor os grupos de trabalho. Foi possível contar com um time de colaboradores que doaram seu tempo e expertise para auxiliar na redação. (Minas Gerais, 2018a, p. 12)

A partir de dados coletados com a DPDI/MEC e com a DIPBA/FNDE através dos portais de transparência, o investimento do programa para elaboração do CRMG/EI e EF somou R\$8.026.546,29. Esse investimento foi dividido em duas partes, uma primeira, no valor de R\$529.100,00, pagos pelo FNDE em bolsas para Articuladores de Regime de Colaboração, Coordenadores Estaduais da UNDIME, Coordenadores de Etapas, Articuladores entre Etapas e Redatores e Formadores das respectivas disciplinas e áreas (Arte, Ciências da Natureza, Educação Física, Geografia, História, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática e Educação Infantil).

O restante do investimento, no valor de R\$ 7.497.446,29, foi pago via transferência direta feita pelo MEC à Secretaria Estadual de Educação através da Iniciativa 82 do Plano de Ações Articuladas 3 (PAR-3) (Implementação da BNCC – Educação Infantil e Ensino Fundamental). Além desse investimento, o programa auxiliou Minas Gerais com uma assistência técnica, em um processo que privilegiou a lógica do “especialista” e do “técnico” como aquele que elabora o documento curricular e assume um papel de vigilância.

De acordo com o Art. 12. da portaria do programa:

Art. 12. O Programa prevê assistência técnica para as SEDEs e Seccionais da Undime nos estados, na forma de:
I – Ferramenta digital para a construção e revisão dos currículos, com orientações formuladas por especialistas e indicações sobre relações

entre habilidades e competências, além da funcionalidade de consulta pública;

II – Assistência técnica por meio da disponibilização de um Analista de Gestão em cada estado para apoiar demandas específicas da implementação da BNCC junto à equipe técnica de currículo e gestão do Programa; e

III – Materiais de orientação técnico-pedagógica e de gestão para a realização das atividades previstas no Programa e iniciativas relacionadas à BNCC (Brasil, 2018, p. 3; grifos nossos).

Este recurso financeiro e técnico, após a adesão do termo de compromisso do ProBNCC, submeteu a secretaria às normas do programa, o que significou que o estado precisou cumprir com os prazos e os critérios estipulados pela Portaria MEC nº331, de 5 de abril de 2018 e pelo Guia de Implementação da BNCC. Embora o programa estivesse revestido pela retórica do regime de colaboração entre estados e municípios, o que o fez ser citado como uma experiência de “boa prática” pelos reformadores empresariais¹, na realidade, a autonomia dos estados e municípios foi suprimida pelos prazos e pela grande quantidade de prescrições expressas em materiais elaborados com apoio de entidades privadas, como no caso do Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular, elaborado com apoio técnico do Movimento Pela Base.

Desta maneira, seguindo um calendário e prazos padronizados, a elaboração preliminar do currículo do estado de Minas Gerais foi realizada rapidamente entre os meses de abril e julho, para passar pelas consultas públicas em agosto de 2018. Neste mesmo período, sobretudo no mês de abril, as escolas tiveram que escolher uma data para um dia de mobilização sobre a BNCC.

A versão preliminar passou pelo processo de Consulta Pública online e pelos Encontros Municipais realizados nos diversos territórios em parcerias entre as redes de ensino, onde educadores e comunidade escolar puderam debater a versão preliminar do documento e apresentar propostas para ampliá-lo. Os Encontros Municipais foram realizados com a participação de mais de 690 municípios, contando com mais de 55.000 participantes presencialmente durante os meses de agosto e setembro, que estudaram, analisaram e fizeram propostas à Versão Preliminar do documento. Paralelamente, foram registradas mais de 404.000 participações na Consulta Pública online. Todas as contribuições foram analisadas pela equipe de redação quanto à

¹ Uma das principais frentes empresariais em defesa do Regime de Colaboração no processo de “implementação” da BNCC foi o Movimento Colabora Educação (MCE), criado em 2016 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Todos pela Educação, a Fundação Itaú Social, a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura, o Instituto Unibanco, o Instituto Positivo e o Instituto Conceição Moura (Rodrigues e Araújo, 2019). O Caso do ProBNCC é citado como um caso de sucesso pelo movimento empresarial no documento “Novas Gestões Municipais: O que preciso saber para implementar o Regime de Colaboração”.

pertinência da proposta e foi então feita a adequação do documento de acordo com o proposto. (Minas Gerais, 2018a, pp. 13-14)

No entanto, essa participação e o aceite das sugestões de educadores e da comunidade escolar foram limitadas. De acordo com o documento que sintetiza o histórico de elaboração do CRMG (Minas Gerais, 2018a), os motivos para o não aceite das sugestões foram: i) sugestões de alterações na BNCC; ii) sugestões que ferem a atual legislação; iii) sugestões que demonstrassem incompreensão da ideia proposta; iv) sugestões não adequadas ao ano proposto; v) solicitação de exclusão/modificação sem justificativa ou fundamentação e; vi) sugestões que não tratam do documento.

O critério de sugestões de alterações na BNCC, respaldado pela sua obrigatoriedade, revela o caráter padronizador da base, visto que as professoras e os professores não puderam questionar ou contribuir sobre o que já havia sido determinado. Nesse sentido, Azevedo e Silva (2024) mostram que esse processo “leva a concluir que a participação dos professores não foi valorizada, sendo então uma participação irrelevante aos olhos de quem poderia enaltecer a opinião docente” (Azevedo e Silva, 2024, p. 70).

Quanto ao uso dos recursos financeiros do ProBNCC para implementação do CRMG, foi possível obter informações com a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores de Minas Gerais sobre os gastos realizados pelo estado com o investimento do programa², onde constatou-se os seguintes contratos:

1. Contratação de empresa/organização para prestação de serviços técnicos especializados em educação à distância: Produção de conteúdos pedagógicos e audiovisuais, projeto gráfico e transposição de conteúdos para plataforma de propriedade da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (EFE) conforme contrato publicado no IOF MG em 22/06/2021 no valor de R\$ 926.998,00, com vigência de 12 meses a contar da data de publicação.

² É importante destacar que estes valores também englobam os recursos do ProBNCC transferidos pela Iniciativa 92 do PAR-3 (Implementação da BNCC – Ensino Médio). Embora a “implementação” do CRMG do Ensino Médio não seja o recorte desta pesquisa, em alguns casos os recursos foram utilizados para uma mesma finalidade pela secretaria. Portanto, cabe agregar o investimento realizado por essa outra iniciativa aos valores mencionados nas páginas anteriores. De acordo com os dados obtidos com o DPDI/MEC, para a “implementação” do currículo do EM, foram transferidos R\$4.503.547,45 ao estado de Minas Gerais. Além disso, chama atenção o fato de muitos contratos datarem de 2021 e não de 2020, quando se iniciou um processo mais intenso espacialização do CRMG para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no estado. Mas não foram fornecidas informações sobre pagamentos retroativos.

2. Contratação de organização especializada para produção de conteúdos pedagógicos e audiovisuais, projeto gráfico e transposição de conteúdos para plataforma de propriedade da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (EFE) conforme contrato publicado no IOF MG em 29/09/2021 no valor de R\$ 892.000,00, com vigência de 12 meses a contar da data de publicação.

3. Impressão gráfica: Material e mão de obra necessários para executar a impressão e acabamento das Etapas de Ensino do Currículo Referência de Minas Gerais (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) conforme contrato publicado no IOF MG em 13/11/2021 no valor de R\$ 400.000,00, com vigência de 12 meses a contar da data de publicação.

4. Contratação de empresa especializada para a criação e editoração de periódico pedagógico digital e cadernos pedagógicos digitais conforme contrato publicado no IOF MG em 09/06/2022 no valor de R\$3.823.992,00 com vigência de 12 meses a contar da data de publicação. Houve, ainda, aditativas do contrato publicadas no IOF em 08/06/2023 no valor de R\$ 3.960.313,49 e em 06/06/2024 no valor de R\$5.121.497,61, ainda em vigência pelo período dos próximos 12 meses. (Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores, 2024).

O estado de Minas Gerais, além de optar por elaborar um currículo único, destinou um alto valor para contratação de empresas especializadas em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), sobretudo para prestação de serviços técnicos à Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores da SEE/MG. Isso demonstra que o engessamento curricular, associado ao consenso sobre um solucionismo tecnológico firmado durante a pandemia, contribuiu para a abertura da educação pública mineira a este mercado de produção de materiais digitais e de formações padronizadas de professores à distância focados em atender as demandas do CRMG, movimento que tem se intensificado no estado.

Pensando no impacto desse processo para a Geografia Escolar, na próxima seção discutiremos os desdobramentos dessa padronização para o currículo de Geografia do Ensino Fundamental em Minas Gerais.

Apontamentos sobre a Geografia Escolar mineira: resistindo ou apenas existindo na padronização curricular?

É bastante comum que ao fazermos a crítica à padronização do currículo estadual surja a discussão sobre a “parte diversificada”, como colocada pelo documento curricular:

Seguindo a orientação do Parecer CNE/CP nº 2 de 2017 e a LDB, o Currículo Referência de Minas Gerais possui parte diversificada integrada ao documento, respeitando a diversidade local e adaptativa a

13
cada contexto. Desta forma, diversos objetivos e direitos de aprendizagem, bem como habilidades e competências foram alteradas para oferecer uma perspectiva regional e contextualizada quando necessário. (Minas Gerais, 2018b, p. 152)

Tomando como recorte as habilidades e competências de Geografia do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), no entanto, o que se pode observar é a reprodução da BNCC, ou seja, uma abstração generalizante de um suposto padrão nacional. As 7 competências específicas da disciplina para a etapa supracitada são idênticas às da BNCC, portanto não poderiam se articular diretamente com as demandas concretas das professoras, professores, alunas e alunos de Minas Gerais. Além disso, Couto (2023) problematiza a forte relação das competências gerais de Geografia da BNCC com a corrente pedagógica tecnicista, neste caso, a pedagogia das competências. Para o autor (idem, 2023, p. 288) “retirando ou minimizando os objetivos comportamentais, é possível reduzir de sete para três as competências”.

Já as habilidades se encontram organizadas no CRMG de forma semelhante às da BNCC. A grande maioria delas estão representadas inclusive com códigos idênticos aos da Base, pois estão inalteradas, exceto pelas habilidades que foram alteradas (estas apresentam o sufixo X), pelas habilidades desmembradas (apresentam os sufixos A, B e C respectivamente, de acordo com o grau de desmembramento) e pelas habilidades criadas pelo CRMG (apresentam o sufixo MG). Os dados apresentados abaixo (tabela 1) demonstram as habilidades de Geografia do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais da BNCC que foram inalteradas, alteradas e desmembradas pelo CRMG.

Tabela 1 – Número de habilidades de Geografia inalteradas, alteradas e desmembradas no Currículo Referência de Minas Gerais do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais).

Ano	Habilidades inalteradas	Habilidades alteradas	Habilidades desmembradas	Total
1º Ano	9	2	-	11
2º Ano	6	5	-	11
3º Ano	6	5	-	11
4º Ano	4	7	-	11
5º Ano	8	4	-	12
6º Ano	2	10	2	14
7º Ano	7	5	-	12
8º Ano	14	9	2	25
9º Ano	12	6	-	18
Total	69	52	4	125

Fonte: Organizada pelas autoras a partir do organizador curricular do CRMG.

Em um primeiro momento chama atenção o fato de que, das 125 habilidades contabilizadas, aproximadamente 55% não sofreram nenhuma alteração, permanecendo idênticas no currículo estadual. Acrescenta-se a isso o fato de que grande maioria das habilidades alteradas não tiveram modificações substanciais, sendo muitas vezes apenas acrescidas algumas palavras, conceitos ou recortes espaciais. Um exemplo pode ser a habilidade EF08GE23, que na BNCC propõem “identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia” (Brasil, 2018b, p. 391). Já no CRMG, a habilidade aparece com o código EF08GE23X, propondo “identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geologia, da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia” (Minas Gerais, 2018b, p. 544; grifo nosso).

Mesmo ao analisarmos o caso do 6º ano, onde houve um maior percentual de habilidades alteradas (aproximadamente 72%), foi possível notar o mesmo padrão de não alterar o conteúdo substancialmente ou buscando incorporar elementos de Minas Gerais (Quadro 1). É importante destacar que não defendemos que com a incorporação de elementos relativos a Minas Gerais nas habilidades seria possível diminuir as contradições do documento curricular, pois este ainda continuaria pautado em uma Pedagogia Hegemônica, a Pedagogia das Competências, por si mesma fragmentária do conhecimento e voltada aos interesses do sistema capitalista (Ramos, 2016; Saviani, 2000). Intentamos, no entanto, demonstrar como o intenso processo de padronização curricular marcado pela falta de autonomia limitou a Geografia Escolar e a possibilidade de uma Geografia crítica no currículo mineiro.

Quadro 1 – Comparativo das habilidades do 6º ano da Base Nacional Comum Curricular alteradas no Currículo Referência de Minas Gerais.

Habilidade na BNCC	Habilidade no CRMG
(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.	(EF06GE01X) Descrever e comparar modificações das paisagens rurais e urbanas nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.
(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.	(EF06GE02X) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários, tais como os indígenas brasileiros e as

	comunidades afrobrasileiras (quilombolas).
(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.	(EF06GE03X) Descrever os movimentos do planeta (rotação e translação) e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.
(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.	(EF06GE05X) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais (biomas no Brasil e no mundo).
(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização	(EF06GE06X) Identificar e analisar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.
(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.	(EF06GE07X) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades, ênfatizando as transformações do espaço percebido .
(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.	(EF06GE09X) Elaborar modelos tridimensionais (maquetes), blocos-diagramas (representação do relevo) e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.
(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.	(EF06GE11X) Identificar e analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais e populacionais , incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.
(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.	(EF06GE12X) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos e rurais .
(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.),	(EF06GE13X) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor, aquecimento global, chuva ácida etc.).

Fonte: Organizada pelas autoras a partir dos organizadores curriculares da BNCC e do CRMG; grifos nossos.

É notável que não houve um movimento de valorização de Minas Gerais durante o processo de alteração das habilidades, mas será que esta parte diversificada tão mencionada pelo documento curricular foi concretizada nas habilidades criadas pelo CRMG? Adiantamos que a resposta é não, mas vamos analisá-las de forma mais aprofundada. Em relação a essas 10 habilidades de Geografia criadas pelo CRMG, optamos por apresentá-las separadamente dos outros dados (tabela 1) por dois motivos: i) porque algumas habilidades são trabalhadas em mais de um ano, o que poderia causar a impressão de que foram

criadas mais habilidades (18 habilidades) do que realmente é apresentado no currículo (10 habilidades), pois muitas delas são idênticas mas aparecem com códigos diferentes em anos diferentes; e ii) para detalhar o conteúdo da habilidade e refletir sobre sua relação com a diversidade de Minas Gerais, visto que se tratam das únicas habilidades criadas pelo estado.

Quadro 2 – Habilidades de Geografia criadas pelo Currículo Referência de Minas Gerais do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais).

Código da habilidade	Ano/série	Descrição da habilidade
EF13GE12MG	1º aos 3º anos	Identificar características naturais e socioculturais do lugar em que vive comparando-o com outras paisagens mineiras e brasileiras.
EF45GE12MG	4º e 5º anos	Compreender e relacionar as diversidades regionais existentes no Estado de Minas Gerais com a diversidade sociocultural brasileira.
EF45GE13MG	4º e 5º anos	Compreender e relacionar as diversidades locais e regionais existentes no Estado de Minas Gerais com a diversidade sociocultural brasileira.
EF45GE13MG e EF45GE14MG	4º e 5º anos	Representar o espaço geográfico de Minas Gerais, por meio de desenhos, mapas mentais, maquetes, entre outros.
EF67GE14MG e EF67GE16MG	6º e 7º anos	Descrever e localizar, no meio urbano e rural do estado de Minas Gerais, os aspectos relevantes do regionalismo mineiro manifestado em sua sociodiversidade.
EF69GE15MG, EF69GE17MG, EF69GE25MG e EF69GE19MG	6º aos 9º anos	Identificar e discutir o papel das redes virtuais na vida dos adolescentes e analisar a exclusão digital.
EF07GE13MG	7º ano	Reconhecer aspectos da formação territorial do Brasil, com destaque para as questões histórico-geográficas, processos migratórios e diversidade étnico-cultural nas diferentes paisagens e regiões.
EF07GE14MG	7º ano	Reconhecer características socioespaciais e identitárias dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e demais grupos sociais do campo e da cidade que vivem no Brasil.
EF07GE15MG	7º ano	Relacionar a importância das unidades de conservação e sítios arqueológicos com a preservação da memória e identidade de um povo, enfatizando o patrimônio natural e cultural de Minas Gerais.
EF89GE26MG e EF89GE20MG	8º e 9º anos	Analisar e problematizar as questões raciais, religiosas e de gênero analisando suas repercussões em escala local, nacional e internacional.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir do organizador curricular do CRMG.

É importante destacar alguns pontos na própria organização das habilidades, por exemplo, a habilidade EF13GE12MG, por se tratar de uma habilidade trabalhada do 1º ano ao 3º ano, aparece três vezes no currículo com o mesmo código. Já em outros casos, como é visível na tabela, essas habilidades

que são trabalhadas em mais de um ano aparecem com diferentes códigos, como é o caso das habilidades EF69GE15MG, EF69GE17MG, EF69GE25MG e EF69GE19MG. Existe alguma intencionalidade nessas diferenças e repetições?

Além disso, as habilidades EF45GE12MG e EF45GE13MG, embora apresentem códigos diferentes, contém um conteúdo semelhante em suas composições, exceto pelo acréscimo do recorte regional no 5º ano. Se for o caso de uma “progressão”, como aparece em outros momentos do currículo, deveria ser informado no código como acontece com as alterações da BNCC (sufixo P1, P2...), pois da forma como é apresentado remete a habilidades distintas. Compreendendo-as como uma mesma habilidade, notamos a redução de 10 para apenas 9 habilidades criadas por Minas Gerais.

Pensando nos conteúdos geográficos que aparecem nas habilidades, é possível perceber que as habilidades criadas, assim como as habilidades alteradas e desmembradas, pouco se articulam com o estado de Minas Gerais, e quando se articulam é de uma forma superficial. No total somam 5 habilidades que mencionam Minas Gerais (EF13GE12MG, EF45GE13MG, EF45GE13MG, EF67GE14MG, EF07GE15MG), mas todas partem de uma escala estadual, apresentando o estado de forma fragmentada e abstrata.

Partindo para análise dos conteúdos geográficos presentes nas habilidades, é possível perceber que dentre as habilidades criadas, assim como as alteradas ou desmembradas, há pouca articulação com o estado de Minas Gerais, e quando se articulam é de uma forma superficial. Por exemplo, a habilidade EF45GE12MG deve ser trabalhada nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental (Anos Iniciais). No entanto, ela contém uma complexidade que exigiria do professor ou professora um ou dois bimestres para construir com os alunos o conceito de região. Já as habilidades que utilizam os verbos compreender e relacionar exigiriam um detalhamento de cada local e região, o que pode se tornar impossível no tempo delineado para trabalhá-las, considerando a diversidade mineira.

As habilidades EF45GE14MG e EF67GE16MG partem de uma escala estadual, apresentando de forma superficial que desconsidera a diversidade do estado. Por exemplo, trata o rural e o urbano de forma abstrata sem considerar as diversidades destes espaços em Minas Gerais. Silva (2021) tratando da

diversidade do espaço urbano de Minas Gerais, em sua pesquisa de mestrado, busca compreender como a BNCC aborda as cidades médias e pequenas. Neste sentido, o autor afirma que:

Quanto à abordagem das cidades médias e pequenas, fica evidente que na BNCC, pelo seu caráter pragmático e menos amplo, ou seja, com considerações de ordem mais prática; realista, objetiva, sem articulações e com sua visão nacional pautada em metrópoles e cidades grandes, dificulta a articulação entre as escalas global-local e a abordagem das dinâmicas de cidades médias e pequenas nas aulas de Geografia. (Silva, 2021 p.69)

E o CRMG não apresenta muita diferença, uma vez que grande parte das habilidades foram copiadas da BNCC como demonstrado anteriormente, mesmo se tratando de um estado com ampla quantidade de cidades médias e pequenas e uma diversidade de redes urbanas desconsideradas pelo currículo. O tema das redes só vai aparecer na habilidade EF69GE19MG, criada para diversificar a unidade temática mundo do trabalho, mas discutindo redes virtuais e exclusão digital no 6º, 7º, 8º e 9º ano. Esta habilidade também não aborda as especificidades de Minas Gerais e, embora pudesse ser um tema pertinente se não fosse tratado de forma fragmentada, como abordaríamos no 8º ano que soma 27 habilidades para serem trabalhadas no ano letivo?

Das três habilidades criadas para o 7º ano, apenas a habilidade EF07GE15MG traz destaque para Minas Gerais, mas novamente deparamo-nos com um estado abstrato, pois são mencionadas todas as Unidades de Conservação e Sítios Arqueológicos e a importância dessas áreas para memória e identidade de “um povo”. A habilidade se refere a todas as Unidades e Sítios ou ficaria a critério da professora ou do professor decidir com quais trabalhar? Qual seria esse único povo?

A habilidade EF89GE20MG busca oportunizar as discussões raciais e de gênero, o que seria algo positivo, porém é apresentado de forma ampla e sem articular à questão da luta de classes. Além disso, é a primeira e única vez em que a discussão sobre gênero é mencionada dentre as 134 habilidades do currículo de Geografia, colocando em questão a possibilidade de aprofundá-la nessa perspectiva multiescalar anunciada pela habilidade.

Além disso, ressaltamos que existe uma tendência muito forte de que as poucas habilidades criadas pelo CRMG sejam desconsideradas. Isto acontece

porque os livros didáticos são financiados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que é um programa do Governo Federal, atualmente articulado com as habilidades e competências da BNCC, não com as habilidades criadas pelo CRMG. O mesmo acontece com as avaliações nacionais como as do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que não levam em consideração a “parte diversificada” dos currículos estaduais, ou seja, as 9 habilidades criadas pelo CRMG.

Campanha e Azevedo (2023) demonstram como as avaliações cumprem um papel fundamental na padronização e no controle da Geografia Escolar e do trabalho das professoras e professores de Geografia. As autoras apontam que as professoras e professores “são obrigados a seguir o CRMG na sequência proposta pela SEE-MG, pois se ficar mais tempo em um conteúdo e não conseguir aplicar outro, o aluno não conseguirá responder às questões da prova e a escola terá um baixo rendimento” (Campanha e Azevedo, 2023, p. 743). Portanto, indagamos: para que e para quem servem as 134 habilidades desenvolvidas ao longo do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais)? Servem aos índices e aos rankings nacionais ou servem às demandas concretas dos estudantes de Minas Gerais?

Considerações Finais

Nesta pesquisa buscamos analisar o processo de elaboração do CRMG e suas consequências para a Geografia Escolar em Minas Gerais. Em um primeiro momento, analisamos o papel desempenhado pelo ProBNCC para (re)elaboração em tempo recorde do documento curricular para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) em Minas Gerais. Evidenciamos que o investimento de R\$8.026.546,29 articulado com inúmeras prescrições do programa e de entidades do setor privado fizeram com que o documento estadual fosse aprovado em poucos meses e com pouca abertura para mudanças e propostas alternativas às já previstas pela BNCC.

Após a análise das habilidades de Geografia e da organização do CRMG apoiando-nos no contexto de elaboração do documento, é possível afirmar que toda essa padronização curricular produzida pela BNCC e suas resoluções implementadas com muito sucesso devido ao investimento do ProBNCC,

articulada às avaliações externas, que hoje são sinônimo de controle do conteúdo e do trabalho docente, padronizaram a Geografia Escolar brasileira e consequentemente a Geografia Escolar de Minas Gerais. A análise do documento comprova que a diversidade social, cultural e natural do território de Minas Gerais aparece de forma limitada e engessada no currículo prescritivo do estado.

Agradecimentos

Registramos os nossos agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de mestrado e aos professores e professoras que lutam pela escola pública e por uma educação transformadora.

Referências

- AZEVEDO, Sandra de Castro; SILVA, André de Paula. A Elaboração do Currículo Referência de Minas Gerais e a Participação dos Professores de Geografia. **Revista de Geografia**. v. 14, n. 1, 2024, p. 56-72.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP no 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 2017. Seção 1, p. 41. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em setembro de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018**. Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. pp.6. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 6 de abril de 2018a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018b.
- CAMPANHA, Julia Regina; AZEVEDO, Sandra de Castro de. O Sistema Educacional Mineiro e a Geografia: Notas Introdutórias sobre o Currículo e Avaliações Externas. In: **Anais da 7ª Jornada Científica da Geografia UNIFAL-MG & I Encontro Sulmineiro de Geografia: Sociedade e Ambiente pós pandemia: Respostas e questionamentos ao mundo desde a Geografia**. Editora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB - Alfenas), Alfenas, Mg, 2023.
- COUTO, Marcos Antonio Campos. Princípios de Organização Curricular da Geografia no Ensino Fundamental 1. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 19, n. 2, p. 285–298, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/77653>. Acesso em setembro de 2025.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade** [online], Campinas, v. 35, n.º. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, Brasil.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: O Ensino De Geografia Sob O Domínio Neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, 2017, p. 419-439.

MINAS GERAIS. **Relatório Final do Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SSE/MG, 2018a. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/historico-de-elaboracao>. Acesso em setembro de 2025.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2018b. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em setembro de 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Políticas Educacionais: da Pedagogia das Competências à Pedagogia Histórico-Crítica. In: BARBOSA, Maria Valéria; MILLER, Stela; MELLO, Suely Amaral (orgs.). **Teoria histórico-cultural: questões fundamentais para a educação escolar**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p.59-75.

RODRIGUES, Rodrigo Ferreira. ARAUJO, Gilda Cardoso de. Movimento Colabora Educação como Agente de Interesse Empresarial em Redes de Políticas Educacionais. In: VI Seminário da Educação Brasileira, 2019, Campinas. **Anais do VI Seminário da Educação Brasileira**. Campinas: FE/Unicamp, 2019. v. 1. p. 449-463.

SAVIANI, Dermeval. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 11-28, 2000.

SILVA, André de Paula. **Do global ao local: a dialética entre as políticas curriculares de geografia e as cidades médias e pequenas**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2021.